



A experiência de educação popular no Preparatório Bete Leandro

Maria Angélica Paixão Frazão¹

Lilian Luiz Barbosa²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compartilhar a experiência de um preparatório denominado Preparatório Bete Leandro, voltado para o ingresso de estudantes negros e negras no programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ. A proposta do preparatório é fundamentada nos princípios da educação popular e busca estabelecer conexões com as diversas experiências de educação popular promovidas pelo movimento negro ao longo do século XX no Brasil. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica, análise de indicadores sociais relevantes e relatos de experiência.

Palavras-chave: Educação Popular; Movimento Negro; Preparatório Bete Leandro.

ABSTRACT

This paper aims to share the experience of a preparatory course named Preparatório Bete Leandro, designed for the admission of Black male and female students into the Social Work postgraduate program at UFRJ (Federal University of Rio de Janeiro). The preparatory course proposal is based on the principles of popular education and seeks to establish connections with various popular education experiences promoted by the Black movement throughout the twentieth century in Brazil. To achieve this goal, a literature review was conducted, relevant social indicators were analyzed, and experience reports were examined.

Keywords: Popular Education; Black Movement; Preparatório Bete Leandro.

¹ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSS/UFRJ e Assessora Sênior da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP/MA. Email: paixao.angelica@hotmail.com

² Mestranda Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PPGSS/ UFRJ

Especialista em Movimento Sociais pelo Programa de Pós - Graduação em Políticas Públicas e Direito Humanos. PPDH/UFRJ e Assistente Social da Associação Projeto Roda Viva. Email: amoscolor@gmail.com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos, a Universidade tem testemunhado eventos e avanços decorrentes das trajetórias das históricas lutas do Movimento Negro, em busca de reparação social diante dos danos e iniquidades deixados aos negros pelo período escravocrata, bem como por uma abolição que se mostrou incompleta, uma vez que não erradicou o racismo e suas múltiplas manifestações na sociedade.

É importante reconhecer que a abolição, ainda que formal, representou um avanço, para uma análise de um processo complexo e contraditório na história da luta dos negros no Brasil. De acordo com Moura (1994), as organizações negras sempre estiveram engajadas na luta e não foram passivas ao longo da história do país no processo que era imposto. No entanto, essas organizações desempenharam papéis distintos em diferentes momentos, especialmente no contexto da colonização. O autor supracitado destaca a existência de um modo de produção escravista dividido em duas fases: o escravismo pleno e o escravismo tardio. Durante o escravismo tardio, a população negra estava envolvida na luta, mas não era a única protagonista, estava articulada ou não com outras organizações. Enquanto no escravismo pleno, essa população era tanto protagonista quanto sujeito histórico da ação de resistência e luta.

Ao refletirmos sobre essa questão e os desdobramentos da formação do Brasil, é essencial considerar, em primeiro lugar, a questão dos direitos, uma vez que a humanidade dos indivíduos não brancos foi ignorada. Cabe ressaltar a enorme diferença entre ser tratado como *coisa/objeto* submetido às vontades de um proprietário, sem qualquer tipo de regulação a favor, para se tornar uma *pessoa/sujeito* detentora de direitos em um Estado burguês branco. Embora persistam casos de trabalho análogo à escravidão na sociedade contemporânea, tal prática não é mais uma norma legal generalizada no conjunto da sociedade. Podemos observar isso com a Lei nº 10.893 de 2003, que tipifica como crime qualquer trabalho análogo à escravidão. No entanto, essa legislação ainda não tem sido eficaz em inibir os casos de exploração, principalmente da classe trabalhadora negra, que em sua maioria não tem acesso aos mínimos necessários.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em segundo lugar, ignorar a luta de abolicionistas negros pela libertação dos escravizados, contribui para apagamento da resistência negra no país. A luta por liberdade engajou-se em diversas frentes de batalha, seja por meio de fugas e estabelecimento de quilombos, de táticas de envenenamento gradual de senhores e de estratégias de resistência cultural (incluindo a religião e a música, em seus contextos religiosos e artísticos). Sendo assim, se faz necessário visibilizar a participação de negros que atuaram no movimento abolicionista como espíões, boicotando atividades relacionadas à escravidão como Dragão do Mar, denunciando as mazelas da escravidão como a romancista Maria Firmina dos Reis ou trabalhando na área jurídica e jornalística como Luís Gama e José do Patrocínio, respectivamente. No entanto, a abolição não solucionou diversos problemas estruturais e estruturantes da “questão social” no Brasil, de modo que até hoje ainda estamos mergulhados em uma cultura de herança escravocrata, na qual, evidentemente, enfrenta a resistência do movimento negro, de ativistas e militantes dos direitos humanos. A imensa desigualdade social entre brancos e negros, mantida pelo Estado e pelas elites do país, formada durante o período escravocrata e reiterada pela ausência de reparação social na abolição, bem como pela persistente reiteração da cultura escravocrata, não ocorreu, portanto, sem oposição e resistência negra.

Desde as lutas dos quilombos e pela abolição, em diversos setores da sociedade, até os movimentos negros pós-abolição em busca de reparação pelos danos sociais infligidos aos negros, têm enfrentado de várias formas a brutalidade racista presente em nosso país, seja por meio da resistência cultural ou do enfrentamento político. Inicialmente, após a abolição, não houve um esforço significativo por parte do Estado brasileiro para garantir a educação dos negros recém-libertos. O acesso à educação formal era limitado e muitos negros continuaram em situação de marginalização e pobreza, sem acesso aos mesmos direitos e oportunidades educacionais que a população branca.

Durante o período pós-abolição, o movimento negro e outros grupos e indivíduos engajados na luta pela igualdade racial começaram a demandar políticas públicas que promovessem a inclusão e a igualdade de oportunidades para os negros na área da educação. Se

PROMOÇÃO



APOIO





no início do século podemos ver clubes, associações, impressas negras, escolas de formações de acordo com Gomes (2013). Essas demandas se fortaleceram ao longo do século XX, especialmente durante os movimentos negros das décadas de 1960 e 1970.

Na década de 1970, com o surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU), temos ações educativas como um dos principais meios de combate à discriminação racial e desigualdade social. Mas foi somente no início dos anos 2000 que foram implementadas políticas públicas específicas para a promoção da igualdade racial, como a criação de cotas raciais em universidades, com o objetivo de aumentar o acesso de negros ao ensino superior.

2. A implementação de ações afirmativas nas Universidades Brasileiras

Tanto o resultado da aprovação das cotas raciais no Brasil, assim como seus desdobramentos, não se configurou como algo unidimensional. A implementação das cotas não ocorreu em virtude da negação do debate racial em prol de um suposto desenvolvimento ou redução de conflitos no país. Na verdade, tal aprovação se deu por meio de um enfrentamento direto e franco da questão.

Dentro da comunidade negra brasileira, a aceitação das cotas não se tornou um consenso absoluto. Alguns negros consideram a política de cotas como um privilégio ou uma nova forma de inferiorização do negro, e, portanto, não aderiram à ideia nem se posicionaram a favor. No entanto, isso não impediu que milhares de negros brasileiros, conscientes de seus direitos legítimos ou aproveitando uma oportunidade que lhes foi concedida, ingressassem nas universidades, transformando significativamente o perfil da academia brasileira, tanto pública quanto privada, em um curto período de tempo.

É possível compreender esse momento como um processo especialmente politizado, uma vez que ao utilizar as cotas, era necessário defender nosso direito legítimo contra possíveis contestações, embora ainda esteja longe de ser suficiente para solucionar a questão de forma abrangente. Podemos entender que essa política busca, principalmente, a reparação de uma dívida histórica. Essa dívida não é apenas do Estado brasileiro, mas também de toda a

PROMOÇÃO



APOIO





comunidade internacional para com o povo negro em todo o mundo, uma vez que essa política é adotada em outros países ao redor do planeta.

O processo de aprovação e regulamentação da lei ocorreu durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), como resultado de umas das lutas históricas do movimento negro por avanços. A lei nº 12.711/2012 foi sancionada em agosto daquele ano e estabeleceu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos provenientes exclusivamente do ensino médio público, tanto em cursos regulares quanto na educação de jovens e adultos. Os outros 50% das vagas permaneceram abertas à ampla concorrência. As vagas reservadas às cotas (50% do total de vagas da instituição) foram subdivididas: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também foi considerado um percentual mínimo correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Embora a lei tenha entrado em vigor imediatamente, sua implementação ocorreu de forma gradual. Em 2013, foi reservado 12,5% do número total de vagas ofertadas, com a expectativa de alcançar, ao longo dos próximos 4 anos após a sanção da lei, a meta de metade da oferta total no ensino público superior federal. Isso também se aplicou aos estudantes de colégios militares, considerando o conceito de escola pública conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº 9394/96, art. 19, inciso I, como aquelas criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), desenvolvido pelo Ministério da Educação, foi estabelecido para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior, utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como único critério de seleção. A seleção dos candidatos é feita pelo Sistema com base nas notas obtidas no Enem.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ao longo dos anos, essas medidas provocaram uma mudança na imagem e aparência das universidades públicas, diversificando-as étnica e culturalmente. Os novos alunos, ao trazerem consigo suas cores, traços e também introduziram suas religiões, hábitos, gostos e formas de relacionamento, que se diferenciam das vivências tradicionais que existiam anteriormente. Vale ressaltar que, embora já houvesse certa diversidade nas universidades públicas, o que ocorreu após a implementação das cotas foi uma invasão de diversidade, que ocupou ativamente os espaços acadêmicos públicos e muitas vezes almejou transformar a oportunidade de ingresso na universidade em uma chance de mudança de vida, por meio da "ascensão social" proporcionada pelos estudos em um ambiente gratuito e considerado de alta qualidade.

É notável que o resultado da implementação das cotas raciais no Brasil e seus desdobramentos não se caracterizou como uma solução definitiva e consensual. Houve discordâncias e resistências por parte de alguns negros, que consideravam as cotas uma forma de privilégio ou uma nova forma de inferiorização. No entanto, milhares de negros brasileiros aproveitaram a oportunidade conquistada por meio das cotas raciais e adentraram nas universidades, transformando significativamente o perfil dessas instituições, tanto públicas como privadas.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a aprovação e a normatização da lei das cotas ocorreram durante os governos de Dilma Rousseff, resultado de uma longa luta histórica do movimento negro por avanços e igualdade. O decreto de lei nº 12.711/2012 estabeleceu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia para alunos provenientes integralmente do ensino médio público, tanto regular quanto da educação de jovens e adultos. Os outros 50% das vagas permanecem para a ampla concorrência.

As vagas reservadas para as cotas foram subdivididas, sendo metade destinada a estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e a outra metade destinada a estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também foi considerado um

PROMOÇÃO



APOIO





percentual mínimo correspondente à soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do IBGE.

Essas medidas representaram um avanço na busca por reparação de uma dívida histórica e foram inspiradas por uma perspectiva política de enfrentamento direto da questão racial. Além disso, é importante mencionar que a implementação das cotas raciais no Brasil não se restringe apenas a uma dívida do Estado brasileiro, mas também é uma dívida reconhecida pela comunidade internacional com a população negra em todo o mundo, sendo uma política que também vigora em outros países ao redor do planeta.

Em suma, a aprovação das cotas raciais no Brasil e seus desdobramentos representaram um processo político e social complexo, que trouxe mudanças significativas para o cenário universitário do país. A diversificação étnica e cultural das universidades públicas e a abertura de oportunidades de ingresso e ascensão social para os negros foram marcos importantes na busca por maior equidade e inclusão.

3. As experiências de educação popular em organizações do movimento negro

A educação popular possui uma extensa trajetória de luta em prol de uma educação emancipadora, que busca fortalecer a perspectiva de uma educação voltada para a classe trabalhadora. Embora nos registros da história oficial, relatam que as primeiras experiências de educação popular se deram com manifesto pioneiro da Escola Nova em 1920, de acordo Paula (2009), tivemos registros no passado tais como: os círculos de formação, os centros socialistas e as aulas promovidas pela Frente Negra Brasileira, que inspiraram os Panteras Negras nos Estados Unidos, no qual desempenharam um papel significativo na construção de uma educação popular crítica e engajada com as lutas sociais.

Atualmente, diversas organizações e movimentos sociais continuam lutando por uma educação popular emancipadora. Essas iniciativas buscam valorizar o conhecimento e a cultura das comunidades marginalizadas, reconhecendo suas experiências e saberes, e proporcionando uma educação que os capacite para a transformação social. Para isso, é essencial empregar

PROMOÇÃO



APOIO



metodologias participativas e dialógicas, que valorizem a experiência dos educandos e promovam a reflexão crítica acerca da realidade social.

Um exemplo notável de educação popular ligada à luta do movimento negro no Brasil foi o engajamento da Frente Negra Brasileira (FNB), uma organização estabelecida em São Paulo, em 1931, com o objetivo de combater o racismo e promover a valorização da cultura negra. A educação popular foi uma área de atuação da FNB, que organizou aulas e cursos para adultos e crianças, promovendo a alfabetização e o acesso ao conhecimento. A FNB fundou diversas escolas populares em São Paulo, especialmente direcionadas às comunidades negras, com o intuito de oferecer uma educação que valorizasse a cultura afro-brasileira. Além disso, a FNB também promoveu cursos de formação para professores, visando capacitá-los para atuar nas escolas populares e valorizar a cultura negra em sua prática pedagógica. Além das escolas populares, a FNB promovia palestras, debates e conferências sobre temas relacionados à cultura negra e à luta contra o racismo, buscando conscientizar a população sobre a importância da valorização da cultura afro-brasileira.

Outro exemplo essencial de educação popular foi a atuação dos Centros de Cultura Popular (CCP), criados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) na década de 1960, com o objetivo de promover a cultura popular e a alfabetização de adultos no Brasil. Esses centros se tornaram um instrumento importante na luta contra a exclusão educacional e social, além de contribuir para a formação de uma consciência crítica e engajada nos movimentos sociais. Os CCP baseavam-se na pedagogia de Paulo Freire, valorizando a experiência e o conhecimento dos educandos e buscando estimular a reflexão crítica sobre a realidade social. Os cursos oferecidos pelos CCP eram direcionados a jovens e adultos que não tiveram acesso à educação formal, com ênfase na valorização da cultura popular e nas experiências de vida dos educandos. Durante a ditadura militar, quando a educação era vista como um instrumento de controle e repressão, os CCP desempenharam um papel crucial na luta contra a exclusão educacional e social no Brasil.

A partir dessas e outras experiências passadas, adaptadas ao contexto contemporâneo, ao conceber uma educação direcionada à classe trabalhadora, é possível almejar uma educação

PROMOÇÃO



APOIO





que proporcione espaços de ações e reflexões que respeitem as singularidades e particularidades dos indivíduos e territórios, considerando a classe, a raça e o gênero como determinantes que incidem em uma educação emancipadora. Aproxima-se da definição educação popular como:

“um grande conjunto de teorias e de práticas que tem em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza das condições concretas em que vive a maioria da população. Todas elas refletem a recusa de uma educação domesticadora ou que, simplesmente, não se coloca a questão de que educação precisamos para o país que queremos.” (SÃO PAULO, p:14, 2015)

4 O preparatório Bete Leandro do Serviço Social da UFRJ enquanto uma experiência de educação popular

O Serviço Social é uma profissão que surgiu no Brasil na década de 1930, ainda no governo de Vargas no processo de industrialização e reorganização das funções do Estado, que passou a atuar através de políticas sociais sobre as refrações da chamada “questão social”. Por questão social, compreendemos o conjunto de expressões de desigualdades sociais, políticas, econômicas, raciais, regionais presentes no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Mas foi somente após a redemocratização, com a Constituição Cidadã de 1988 que podemos tratar de um conjunto de direitos sociais, políticos e humanos formalmente garantidos para o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Neste contexto, ao lidar com políticas sociais em um país de origem escravocrata, percebe-se que nos espaços sócio-ocupacionais da profissão, o Serviço Social esteve diretamente envolvido no atendimento de pessoas negras, pobres, periféricas ou faveladas.

Com a adoção das políticas de ações afirmativas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o perfil social dos estudantes foi se modificando cada vez mais. O curso de serviço majoritariamente composto por estudantes mulheres e negras se viu diante de diversas lacunas e desafios a serem enfrentados. O currículo acadêmico do Serviço Social na UFRJ não contemplava uma disciplina obrigatória sobre a questão racial e nem havia a constituição de um coletivo negro. Também era perceptível a falta de debate étnico racial por parte de muitos intelectuais, relevando essa questão para segundo plano. Embora os trabalhos acadêmicos no

PROMOÇÃO



APOIO





curso da UFRJ fossem de excelente nível intelectual e caráter crítico, a reflexão qualificada sobre a questão racial muitas vezes era negligenciada.

Essa falta de espaço e visibilidade para a temática racial dentro da universidade era um motivo de desconforto para muitos estudantes negros, que se sentiam pouco representados e abordados em seu contexto específico, para além das dimensões de classe social ou gênero. O racismo no Brasil é uma questão complexa e, muitas vezes, disfarçada e velada. Institucionalmente, é cruel e excludente, gerando desigualdades gritantes nas condições de vida e nas oportunidades entre brancos e negros no país. Embora haja variações devido a fatores como gênero, classe social, orientação sexual e região, em média, a maioria dos mais pobres no país são negros, e as mulheres negras ainda são mais afetadas pela pobreza do que os homens negros.

Nesse contexto, em uma universidade que apresentava uma quantidade mínima de professores negros, porém com um aumento crescente de estudantes negros, começou a surgir um sentimento de desconforto em relação ao ensino que pouco abordava a questão racial. Os estudantes negros sentiam que sua realidade específica não estava sendo devidamente considerada, o que despertou o desejo por mudança e maior inclusão. Foi nesse cenário que surgiu, em 2017, o Coletivo de Negros e Negras do Serviço Social da UFRJ "Dona Ivone Lara", resultado da articulação de estudantes negros da graduação que perceberam a necessidade de se unir, diante da conjuntura em que os debates sobre o que significa ser negro no Brasil, as cotas sociais e a necessidade de uma produção acadêmica vinculada as demandas das classes populares. Nasce um coletivo comprometido com a classe trabalhadora, antirracista, anti-imperialista e antipatriarcal em sua política geral. Seus objetivos incluem articular e organizar estudantes negros/as do Serviço Social, acolher aqueles/as que sofrem com diversas manifestações de racismo estrutural e institucional, reconhecendo o racismo como uma arma ideológica de dominação, segundo Moura (1994).

Outra luta travada pelo coletivo foi a necessidade de se atualizar algumas disciplinas do currículo acadêmico da graduação e incorporar o debate crítico das relações etno-raciais no Brasil. A partir disso, em 2022 foi criado um grupo de trabalho composto de forma paritária

PROMOÇÃO



APOIO





por 3 docentes e 3 discentes que obteve como resultado a unanimidade a alteração/incorporação de disciplinas para: Trabalho e Questão Social no Brasil, Relações Étnico-raciais e Serviço Social no Brasil e Sociedade, Cultura e Identidades. Além dessas, foram mantidas as disciplinas Política Social e Serviço Social III- Saúde, acrescentando na ementa a perspectiva voltada para o atendimento da população negra. Essa reformulação no currículo é resultado de importantes debates e formulações contemporâneas de autores e intelectuais negros/as que contribuem através de uma perspectiva crítica para o pensamento social, político e econômico.

O coletivo negro desempenhou um papel fundamental na luta pela implementação e manutenção das políticas de cotas raciais na pós graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ. A adoção dessas políticas representou um avanço significativo no combate às desigualdades e na promoção da equidade no acesso à pós-graduação da universidade.

Dessa forma, revelou-se, em um dos maiores programas de pós-graduação em Serviço Social do Brasil, a resistência à implementação da política de ações afirmativas. Isto é, refletiu a postura da UFRJ, que foi a última universidade a efetivar políticas de cotas, contando inclusive com vários professores que lideraram o manifesto contrário a essa medida. No entanto, os estudantes, em articulação com o movimento estudantil e comprometidos com uma universidade popular, uniram-se ao movimento negro e a outros coletivos negros por meio de articulações, propostas e organizações. Conseguiram aprovar a política de ações afirmativas junto ao colegiado. Assim, em 2018, foi formada a primeira turma de mestrado e doutorado com a devida inclusão de estudantes negros, ocupando as vagas destinadas a eles. A respeito desses avanços, é possível observar o seguinte:

“Dentre as vitórias, conseguiu-se garantir 40% das vagas para estudantes negros e negras e indígenas e 50% das bolsas, à medida em que deu-se prioridade aos estudantes cotistas. Também se conseguiu a adesão da língua espanhola na prova de proficiência de língua estrangeira, que antes aceitava apenas inglês, francês e italiano. Por fim, foi alterada a média mínima de sete para cinco pontos, para a aprovação na prova escrita de seleção.”(Barbosa, LOPES, RAIMUNDO,p: 132, 2028)

Em 2019, deram-se início às primeiras articulações políticas não apenas para o ingresso por meio das cotas na pós-graduação, mas também para a organização de um preparatório voltado ao ingresso de estudantes negros e negras, organizado pelos próprios estudantes. As

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



recém ingressas estudantes do mestrado (Maria Angélica Paixão Frazão, Lilian Luiz Barbosa, Isabel Cristina Barbosa) e do doutorado (Monique Cruz) participaram dessa primeira articulação política e elaboraram uma proposta político-pedagógica para o preparatório. O preparatório recebeu o nome de Bete Leandro, em homenagem à mulher, preta, militante, intelectual e estudante de mestrado na UFRJ em 2018 que faleceu precocemente.

O preparatório foi concebido como uma proposta inspirada nas experiências de educação popular realizadas pelo movimento negro no Brasil, que sempre enfatizou a necessidade de acesso à educação pública pela população negra, e além disso, uma educação popular e antirracista. É importante destacar que o Preparatório Bete Leandro foi aberto a todas as alunas e alunos, não se limitando àqueles que haviam concluído a graduação na ESS/UFRJ. Dessa forma, a primeira turma foi composta por pessoas negras provenientes de instituições de ensino superior públicas e privadas, além de graduandos de diferentes anos, o que tornou o grupo ainda mais heterogêneo em termos de experiências e formação acadêmica.

Em sua primeira edição, realizada em 2019, o preparatório foi realizado presencialmente nos espaços físicos da Escola de Serviço Social e contou com o apoio de docentes e intelectuais do Serviço Social da Unirio e UFRJ para realização das aulas. A metodologia incluía formações semanais do conteúdo acadêmico das seleções e atividades políticas como seminários, rodas de conversa, debates sobre as relações etno-raciais. No primeiro ano, o preparatório obteve a aprovação de 9 alunos na turma de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, totalizando 78% dos seus estudantes.

Em 2020 e 2021 no contexto da pandemia da covid-19, foi necessário reinventar estratégias de formação e se adequar a realidade virtual, aderindo a ações socioeducativas virtuais, o preparatório ocorreu através da mobilização de estudantes e aulas virtuais. Neste período foram aprovados 8 estudantes ingressos no mestrado do PPGSS/UFRJ e 1 estudante no mestrado do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida. Essa adaptação reflete a influência da logística da educação popular negra contemporânea, inspirada em histórias de organizações como a FNB e as Panteras Negras.

PROMOÇÃO



APOIO

Atualmente o Preparatório Bete Leandro está organizando a sua 5ª turma de futuros pesquisadores e futuros pós graduandos da UFRJ e conta com uma coordenação ampliada de ex alunos das turmas anteriores que se mantêm comprometidos com a construção de lutas efetivas e coletivas para a população negra no Rio de Janeiro.

5. Considerações Finais

Este estudo destaca a importância do Preparatório Bete Leandro e da educação popular como ferramentas fundamentais na luta antirracista. Ao compartilhar a experiência desse preparatório voltado para o ingresso de estudantes negros e negras no programa de pós-graduação em Serviço Social da UFRJ, podemos observar a relevância e os impactos positivos dessas iniciativas.

O Preparatório Bete Leandro, inspirado nas experiências de educação popular realizadas pelo movimento negro no Brasil ao longo do século XX, assume um papel essencial na promoção da igualdade de oportunidades e no combate às estruturas racistas presentes na academia. Ao articular e organizar estudantes negros e negras, o preparatório oferece suporte acadêmico e um espaço de acolhimento e ferramentas necessárias para enfrentar os desafios e as adversidades enfrentadas por esses estudantes, na entrada e na permanência da pós graduação da universidade.

Destaca-se também a necessidade da criação de um jornal que proporcione um espaço para a produção e divulgação de textos elaborados pelos membros do coletivo de negros e integrantes do preparatório Bete Leandro. Esse veículo de comunicação amplia a visibilidade das produções e das vozes negras e possibilita a disseminação de outras epistemologias, fortalecendo a construção de uma memória coletiva e a valorização das narrativas negras.

O coletivo também luta pela ampliação do número de professores negros/as no quadro da Escola de Serviço Social, através da contratação de estatutários e temporários. Considerando que essas ações demonstram um compromisso efetivo na desconstrução do racismo institucional e na construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e diverso. Essas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

medidas visam não apenas aumentar a representatividade, mas também promover a produção de conhecimento e a formação de profissionais comprometidos com a igualdade racial.

A ampliação da participação de estudantes negros e negras em diversos campos acadêmicos, como pesquisa, monitoria e docência, é uma estratégia fundamental para romper com as desigualdades históricas e promover a construção de um conhecimento mais plural e abrangente. Essa representatividade não apenas fortalece a voz desses estudantes, mas também enriquece o debate acadêmico, trazendo perspectivas e experiências únicas que contribuem para uma compreensão mais completa e crítica da realidade.

Por fim, a importância do Preparatório Bete Leandro e da educação popular na luta antirracista reside na capacidade de transformação social que essas iniciativas carregam consigo. Ao fortalecer estudantes negros e negras, promover o acesso ao conhecimento e questionar as estruturas de poder opressivas e racistas da acadêmica, abre-se espaço para a construção de uma perspectiva de educação popular, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

6. Referência Bibliográfica

. _____. Lei N 10.803 de 11 de dezembro de 2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.803.htm. Acesso: 26/06/2023

. _____. Lei N 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394 Acesso: 25/06 /2023.

BARBOSA,L.B; LOPES,D.S, RAIMUNDO,K.I.M. Coletivo de Negras e Negros do SSO da UFRJ Dona Ivone Lara Pelos/as ancestrais mais velhos/as, aos mais novos/as, aos contemporâneos/as aos que virão! In: OLIVEIRA, Aécio Barbosa. (Org.)A LUTA POPULAR URBANA POR SEUS PROTAGONISTAS: DIREITO À CIDADE, DIREITOS NAS CIDADES. 1ª ed. Rio de Janeiro: FASE, 2018.p. Disponível em : <<https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>> Acesso em: 25/06/2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



BRASIL. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio e dá Outras Providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 191º da Independência e 124º da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso: 25/06/2023

Educação Popular e movimentos sociais: experiências e desafios. / João B. de Albuquerque Figueiredo; Clédia Inês Matos Veras; Luciléa Teixeira Lins (orgs.). – Fortaleza: Imprece, 2016. disponível em: <http://www.ccm.ufpb.br/vepopsus/wp-content/uploads/2018/02/Livro-EDUCA%C3%87%C3%83O-POPULAR-E-MOVIMENTOS-SOCIAIS-11-DE-AGOSTO-DE-2016-2.pdf>

GOMES, Flavio dos Santos. Negros e Política (1888-1937). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, Edição 34, AGO/SET/OUT, Páginas 28-38, 1994.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, Edição 34, AGO/SET/OUT, Páginas 28-38, 1994.

_____. Dialética radical do Brasil negro. / Clóvis Moura. -- São Paulo: Editora Anita, 1994b.

Paula, E. M. A. T. “Educação Popular, educação não formal e pedagogia social: análise de conceitos e implicações para educação brasileira e formação de professores”. In: IX Congresso Nacional de educação – Educere – III Encontro sul brasileiro de psicopedagogia, 2009, Curitiba. Anais... Curitiba, PUC-PR, p. 6133-6146

SÃO Paulo, Prefeitura Municipal de São Paulo. Direitos Humanos e Cidadania. Cadernos de Formação a Educação Popular e os Direitos Humanos. 2015, São Paulo. Disponível em: https://acervo.paulofreire.org/images/pdf/livros/Cadernos_formacao_Educacao_Popular_pdf Acesso: 25/06/2023

PROMOÇÃO



APOIO

